

O NOME E A CATEGORIA NÚMERO NO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Ana Sofia Lopes

anasofia_lopes@hotmail.com

ESE/R.PORTO, USC

Celda Morgado

celda@ese.ipp.pt

ESE/R.PORTO, CLUP, inED

Isabel Fernández López

isabel.fernandez@usc.es

USC

RESUMO

O presente artigo inscreve-se no âmbito da formação de professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB), tendo como objetivo principal refletir sobre a importância da construção, por parte destes docentes, de sólidos conhecimentos linguísticos e científico-pedagógicos, com especial incidência no Nome e na categoria Número. Ademais, apresenta uma análise do modo como estes conteúdos gramaticais são expostos e desenvolvidos nos documentos reguladores de ensino do Português do ciclo em questão; bem como problematiza as definições de Nome, das subclasses explicitadas e dos exemplos vigentes em manuais escolares de Português do 1.º CEB. Os dados recolhidos confirmam a relevância da proficiência e reflexão (meta) linguísticas para a seleção/construção e exploração criteriosa de recursos pedagógicos e para o desenho de estratégias didáticas, ao nível desta classe de palavras e da categoria nominal em estudo.

Palavras-chave: conhecimento linguístico; conhecimento científico-pedagógico; ensino da gramática; Nome; Número formal e quantidade.

ABSTRACT

This article is part of the training of teachers of the Primary School, whose main objective is to reflect on the importance of the construction, by these teachers, of solid linguistic and scientific-pedagogical knowledge, with special focus on the Noun and the Number. In addition, it presents an analysis of how these grammatical contents are exposed and developed in the regulatory documents for teaching Portuguese in the cycle in question; as well as problematize the definitions of Noun, the subclasses explained and the examples that exist in Portuguese textbooks of the Primary School. The data collected confirm the relevance of (meta)linguistic proficiency and reflection for the careful selection/ construction and exploration of pedagogical resources and for the design of didactic strategies at this word class and nominal category in study.

Keywords: linguistic knowledge; scientific-pedagogical knowledge; grammar teaching; Noun; Number and quantity.

1. NOTAS INTRODUTÓRIAS

Considerando que o presente texto surge no âmbito da formação do professor de Português do 1.º CEB, há que sublinhar a relevância da alta competência linguística e do consistente conhecimento científico, por parte do docente (Brito & Lopes, 2001), no desempenho da sua prática educativa. Por outras palavras, o pré-requisito primordial para o exercício desta profissão consiste em ser “um utilizador proficiente da Língua Portuguesa” (Duarte, 2001, p. 29), bem como assumir a responsabilidade pelo crescimento de futuros falantes competentes (Choupina, Baptista & Costa, 2014). Deste modo, torna-se imperativo que o professor de Português construa e desenvolva um conhecimento (meta)linguístico aprofundado, alicerçado em disciplinas como a Linguística, a Linguística Aplicada, a História da Língua e a Linguística Educacional. De igual modo, é essencial uma formação científica atualizada na especialização do professor de Português (Leal, 2009), que deverá incidir nos diferentes campos da linguística, da psicolinguística e da sociolinguística. Neste contexto, o domínio e a atualização do conhecimento do conteúdo e, concomitantemente, dos saberes no âmbito do conhecimento pedagógico e didático são fundamentais para a mobilização e contextualização de estratégias e metodologias propícias ao progresso linguístico dos alunos (Ferreira, 2018) e para a escolha e a construção de materiais pedagógicos adequados aos objetivos, aos contextos e aos alunos (Brito & Lopes, 2001).

É neste quadro que se adequa a reflexão em torno do ensino e da aprendizagem da categoria nominal número e, por inerência, da classe de palavras Nome. No que concerne ao número, saliente-se que, no ensino do Português, frequentemente, não se distinguem as noções envolvidas neste termo e/ou se encontram confusões entre número (noção gramatical) e quantidade (noção semântico-pragmática e lógico-conceptual). No entanto, considerando que o número, ainda que não seja universal, é uma propriedade formal de línguas como o Português, o Francês e o Espanhol (Corbett, 2004; Dryer, 2013), que por vezes se relacionada com a

quantidade, mas à sua expressão não se restringe, e que o número possui como elemento de referência o nome; compreende-se que é preponderante o enfoque nos mecanismos linguísticos que expressam cada uma das noções – número formal e quantidade. Já no que diz respeito ao nome, note-se que, no ensino, se tende a incidir e a limitar a abordagem à identificação das suas subclasses, à flexão em número e à variação em gênero e grau, ignorando, geralmente, a função do nome e o papel que tem na expressão das entidades do Mundo, graças ao potencial de designação, e a sua influência na construção da semântica e da sintaxe da Língua (Duarte & Oliveira, 2003).

Em consonância com o referido, são objetivos específicos deste estudo: i) caracterizar linguisticamente a classe de palavras Nome e as suas subclasses; ii) promover a compreensão da categoria nominal número e da sua relação com a noção de quantidade; iii) refletir sobre as propostas previstas nos documentos reguladores de ensino do Português no 1.º CEB relativas ao nome e à categoria nominal número; e, neste seguimento, iv) problematizar a abordagem do nome em manuais escolares de Português do 1.º CEB.

2. O NOME E SUBCLASSES

O Nome, núcleo do Sintagma Nominal, consiste numa classe lexical universal às línguas do mundo e é uma categoria linguística caracterizável semanticamente por deter um potencial de referência (Brito, 2003; Duarte & Oliveira, 2003). Acrescente-se que o nome em Português integra uma classe aberta de palavras, que detém propriedades de gênero e número e, em alguns casos, permite variação e flexão, respetivamente, segundo os valores que as definem, podendo, ainda, admitir a adição de morfemas presos de grau (Lopes & Morgado, 2019). Duarte e Oliveira (2003) destacam também que os nomes podem designar “uma gama de entidades cuja consideração (ou construção) envolve, do ponto de vista cognitivo, diferentes graus de abstracção e complexidade conceptual” (p. 210); e Veloso e Raposo (2013) adicionam que, numa perspetiva semântica, consistem em palavras que denotam classes de indivíduos com propriedades complexas e relativamente constantes, como pessoas, animais, coisas, lugares, entre outros. Sublinhe-se ainda que, sendo o nome uma classe de palavras que se caracteriza por possuir um potencial de referência, mediante os referentes que designa, encontramos diferentes subclasses linguísticas: nome próprio, nome comum e nome comum coletivo.

O nome próprio é designador de um referente único e fixo, pertencente ao universo de referência (Duarte & Oliveira, 2003), e a identificação desse referente depende inteiramente do falante, dos contextos situacional e discursivo, do lugar e do tempo em que se produz o enunciado (Raposo & Miguel, 2013). A par disto, correspondendo a um designador rígido ou fixo, o nome próprio não admite flexão em número. Portanto, e de acordo com Choupina e Costa (2011), os nomes próprios singulares não podem ocorrer no plural e os nomes próprios plurais não podem ocorrer no singular; se tal se verificar, assiste-se a casos de agramaticalidade (1a) ou de recategorização (1b), passando, neste último caso, de nome próprio a nome comum.

(1a) *As Primaveras é a estação do ano que antecede o verão.

(1b) A Maria fez duas primaveras.

Acrescente-se que os nomes próprios, especialmente os canônicos, como os nomes de pessoa, à semelhança dos pronomes, não possuem conteúdo descritivo, ou seja, afiguram-se como “uma espécie de etiqueta arbitrária”, estabelecendo com o referente uma ligação cognitivamente partilhada pelos interlocutores, de maneira a que o nome possa desempenhar a sua função de identificação do referente (Raposo & Miguel, 2013, p. 714). Além disso, no Português Europeu (PE), em oposição às outras línguas românicas, os nomes próprios surgem, geralmente, antecidos por um artigo definido em registos informais/coloquiais (como *A Maria saiu de casa*). Contudo, quando se trata do registo formal ou literário, assiste-se, com maior regularidade e aceitabilidade, à omissão do artigo (como *Maria saiu de casa*), bem como quando os nomes próprios pertencem à memória histórico-cultural coletiva (como *Ulisses era casado com Penélope e tinha um filho, Telémaco*) (Raposo & Miguel, 2013).

Por sua vez, os nomes comuns, em distinção à subclasse anterior, não constituem designadores de um referente único e fixo (Duarte & Oliveira, 2003). Logo, um nome desta subclasse, por si só, apenas denota e não refere, ou seja, não se encontra apto para designar exemplares concretos das classes denotadas pelo nome (Raposo & Miguel, 2013). Deste modo, é essencial que os nomes comuns surjam com um especificador, como um determinante ou um quantificador, para que designem entidades do universo do discurso (universo de referências). Note-se que, distintamente dos nomes próprios e segundo Raposo e Miguel (2013), os nomes comuns possuem um conteúdo descritivo e, desta forma, podem selecionar argumentos, como em 2a, e combinar-se com distintos tipos de modificadores, que os restringem e modificam em múltiplas dimensões semânticas, conforme 2b.

(2a) o terramoto **de 1775, em Lisboa**

(2b) os jovens **engraçados**

No âmbito dos nomes comuns, destacam-se os nomes comuns coletivos, que correspondem a nomes que, encontrando-se no singular, referem grupos de entidades do mesmo tipo, entendidas, em termos concetuais, como uma entidade coletiva única (Bechara, 2003; Cunha & Cintra, 2000; Raposo, 2013). Deste modo, “as coleções que podem ser denotadas por um nome coletivo são necessariamente formadas por entidades discretas, nomeáveis por substantivos contáveis¹ e que correspondem a classes naturais da categorização humana” (Raposo, 2013, p. 971). Perante o referido, torna-se imperativo que as entidades denotadas por estes nomes sejam do mesmo tipo ontológico, ou seja, uma coleção não pode ser constituída,

1 Recorde-se que os nomes contáveis correspondem a nomes que designam entidades que são concetualizadas como coisas discretas e separadas umas das outras, possuindo cada uma delas uma individualidade própria (como árvores, livros e pessoas). Em distinção, os nomes não contáveis dizem respeito àqueles que designam entidades concetualizadas como um todo (como água, vinho e ar) (Raposo, 2013).

simultaneamente, por *peixes* e *cães*, na medida em que não existe um nome comum para designar a coleção mista em questão. Neste caso concreto, somente poderiam criar-se coleções compostas ou por *peixes* ou por *cães*, existindo para cada uma destas os nomes comuns coletivos *cardume* e *matilha*, respetivamente, para as designar.

Em concomitância com o destacado precedentemente, compreende-se que os nomes comuns coletivos se opõem aos nomes individuais, ou seja, aos nomes que compõem a maioria dos nomes da língua e que designam entidades discretas e individuais (Raposo, 2013). De acordo com o autor citado, os nomes coletivos possuem uma natureza quantificacional, visto que designam classes com cardinalidade igual ou superior a dois, e, enquanto alguns deles têm, ao nível lexical, uma indicação concreta de quantidade, como é o caso de *quinteto* que refere cinco entidades, outros há que são quantificacionalmente vagos, como *cardume* ou *alcateia*. Ademais, é exequível a formação de nomes comuns coletivos por meio de recategorização ou tendo por base os contextos situacional e discursivo; por exemplo, na frase 3a, o nome *seleção* corresponde a um nome comum, enquanto, na frase 3b, se assiste a uma recategorização, passando a tratar-se de um nome comum coletivo.

(3a) – Vou proceder à **seleção** dos materiais necessários.

(3b) A **seleção** nacional portuguesa venceu o Campeonato da Europa.

Por último, referir que, no ensino, por vezes, se assistem a dificuldades e a confusões na distinção entre nomes comuns coletivos e hiperónimos. Porém, se, por um lado, os nomes comuns coletivos correspondem a nomes que no singular designam um conjunto de entidades ou objetos do mesmo tipo (como *cardume*); por outro lado, os hiperónimos estabelecem relações hierárquicas de inclusão de significado entre duas unidades lexicais. O significado dos hiperónimos (como *peixe*), sendo mais geral, inclui o dos hipónimos (como *sardinha*, *salmão*, *carapau*, ...), possibilitando a substituição destes últimos em todos os contextos. Lyons (1980) exemplifica esta distinção recorrendo ao nome comum coletivo *rebanho* e ao nome comum *ovelha*. O autor defende que entre estes dois nomes não existe relação de hiponímia/hiperonímia, uma vez que o nome coletivo *rebanho*, assim como muitos outros, tem um funcionamento que se associa ao de conceitos como *grupo*, *conjunto* ou *coleção*, ou seja, pode realizar-se a seguinte afirmação: um *grupo/conjunto/coleção de ovelhas*.

3. A CATEGORIA NOMINAL NÚMERO

O número pode afigurar-se como expressão de quantidade, nomeadamente como número cardinal e número ordinal; como código numérico, como, por exemplo, o número de telefone; e, entre outras possibilidades, como categoria nominal formal, com implicações na concordância das palavras quer nos sintagmas, quer nas frases (Choupina, 2017). Incidindo nesta última realidade, há que referir que o número consiste numa categoria gramatical que distribui os nomes por duas classes – singular e plural – numa oposição de cardinalidade dos subconjuntos mencionados,

sendo realizada por um processo morfológico de flexão (Villalva, 2000). Portanto, de uma maneira geral, tanto os nomes como os adjetivos flexionam em número, sendo realizados, obrigatoriamente, como singular ou como plural. Os referidos valores da categoria número encontram-se em distribuição complementar, já que as duas classes de palavras supracitadas ora são especificadas com o valor singular pela ausência de qualquer sufixo específico, ora são especificadas como plural pelo acréscimo do sufixo -s (Villalva, 2008). Ademais, afirmar que um determinado nome se encontra no singular significa que o mesmo designa um ser único ou um conjunto de seres encarados como um todo; por seu turno, somente se classifica um nome no plural se este designar mais de um ser ou mais de um conjunto de seres considerados como um todo (Veloso & Raposo, 2013; Cunha & Cintra, 1984).

No PE, a sintaxe é altamente flexionada e o número realiza-se de forma redundante, através da cópia de traços do nome para todo o sintagma e, inclusive, a frase, pela concordância em número do predicativo do sujeito com o sujeito ou entre este e o particípio passado (Villalva, 2003; Morgado & Lopes, 2019). Repare-se nos seguintes exemplos ilustrativos do referido:

(4) a) **As botas são grandes.**

b) **Os chinelos foram comprados pelo Pedro.**

Por conseguinte, a flexão de número assume um papel basilar ao nível da concordância sintática, tanto entre as palavras com estreita relação com o nome dentro do Sintagma Nominal, como entre constituintes – em pessoa e número entre o verbo (“são”; “foram comprados”) e o sujeito (“as botas”; “os chinelos”). Aliás, de acordo com Martins (2015), o número corresponde a “uma categoria semanticamente motivada, com manifestações altamente regulares, consistentes e transparentes” (p. 7), de tal maneira que a não indicação de valores de número impede a correta compreensão dos enunciados.

Importa ainda realçar que a variação em número não é universalmente realizada por meio de processos de flexão, tal como acontece no PE. A título de exemplo, evidencie-se o Holandês, em que, segundo Marle (1985), citado por Villalva (2000), a pluralização de nomes corresponde a processos derivacionais e não flexionais; ou o *Bayso*, uma língua *Cushitic* da família Afro-asiática, em que todos os nomes possuem uma forma na qual o significado do nome pode ser expresso sem uma referência ao número. Observem-se, no mapa da figura 1, os diferentes processos linguísticos para a codificação da pluralidade nominal nas línguas que exibem marca formal de número, sendo visível que nem sempre se realiza por flexão (cf. variação do radical, tom, reduplicação, outra palavra, clítico, entre outras), e, sendo por flexão, nem sempre é por sufixação como no PE, uma vez que 126 das línguas estudadas apresentam um prefixo plural (Wals online, Dryer, 2013).

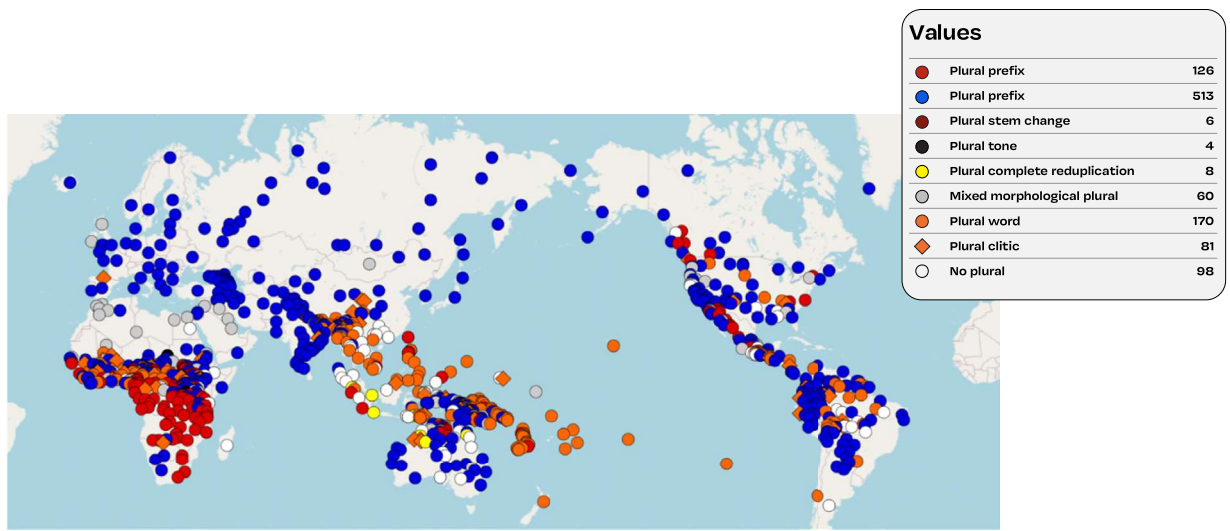


Figura 1. Codificação da pluralidade nominal nas línguas do mundo (Wals online, Dryer, 2013/33A).

3.1. SINGULARIA TANTUM E PLURALIA TANTUM

No PE, existem nomes que possuem uma flexão defetiva, que pode afetar a forma do singular, a forma do plural ou ambas as formas, quando o singular e o plural possuem significados díspares (Villalva, 2003).

Relativamente aos nomes que se usam preferencialmente no singular (*singularia tantum*), evidenciam-se alguns exemplos como: nomes abstratos que remetem para estados físicos ou psicológicos dos seres animados (como *medo* e *alegria*); nomes abstratos que indicam valores (como *liberdade* e *beleza*); nomes que remetem para correntes de pensamento (como *comunismo* e *socialismo*); nomes de ramos do conhecimento (como *medicina* e *linguística*); nomes coletivos de elevada generalidade (como *fauna* e *flora*); nomes não-contáveis que denotam entidades que podem ser medidas (como *vinho* e *granito*); e nomes próprios (como *Maria* e *Lua*) (Bechara, 2003; Raposo, 2013; Villalva, 2008).

Apesar do exposto, os nomes precedentemente apresentados podem ser usados no plural em distintos contextos e usos, sendo necessário proceder, maioritariamente, a uma reinterpretação semântica. Considerem-se como exemplos “*as medicinas alternativas*” e o próprio verso de Luís Vaz de Camões “*mudam-se os tempos, mudam-se as vontades*” (Raposo, 2013, p. 963). Além destes, no caso dos nomes próprios, que designam entidades únicas não pluralizáveis (Raposo, 2013; Villalva, 2008), existem igualmente exemplos em que se torna possível interpretar o plural como identificação de mais do que um sujeito detentor de determinado nome próprio. Perante exemplos como *dinastia dos Filipes* ou *as Marias*, confirma-se o referido e compreende-se que a restrição da pluralização dos nomes próprios é somente de cariz semântico e não morfológico, conforme advoga Alina Villalva (2008). Estes usos são informais e dependentes dos contextos situacional e pragmático.

Por último, sublinhar que existem também nomes que se usam obrigatoriamente ou preferencialmente no plural (*pluralia tantum*). Neste domínio, mediante a relação que os nomes mantêm com a forma morfológica singular correspondente, existem três tipos de nomes *pluralia tantum*, a saber: *pluralia tantum* exclusivos (nomes que

se manifestam apenas pela sua forma plural, pois a versão singular já está tomada por outro item lexical e possui outro sentido, como *costas* e *costa*); *pluralia tantum* inclusivos (nomes que possuem um valor dual e cuja versão singular é usada por alguns falantes em registos dialetais ou idioletais, como *algemas*, *calças* e *óculos*); e *pluralia tantum* unívocos (nomes que se realizam pela forma plural e cuja forma singular não pertence a nenhum item lexical, como *parabéns* e *cócegas*) (Villalva, 2008; Raposo, 2013).

3.2. A CATEGORIA NÚMERO E A NOÇÃO DE QUANTIDADE

Número e quantidade são termos que fazem parte do Léxico do PE e aos quais se recorre em múltiplos contextos e com significados particulares. Deste modo, no presente subponto, destacar-se-á uma outra realidade a que o termo número se pode aplicar, designadamente número como expressão de quantidade.

Sublinhe-se, numa primeira instância, que o número gramatical não é um universal linguístico, ou seja, nem todas as línguas possuem marca formal de número nominal; contudo, o mesmo não se pode afirmar em relação à expressão de quantidade, que é exequível em todas as línguas do mundo (Corbett, 2004; Dryer, 2013). Aliás, a quantidade nominal encontra-se relacionada com a noção semântica de cardinalidade, quando expressa a noção de quantidade absoluta, geralmente realizada linguisticamente pelo numeral cardinal; porém, pode também expressar quantidades indefinidas (Choupina, 2017; Morgado & Lopes, 2019).

Face ao exposto, torna-se possível afirmar que a linguagem admite a possibilidade de expressar quantidades indefinidas e quantidades definidas, através de vários mecanismos próprios e específicos das línguas. Relativamente às quantidades indefinidas, estas não são facilmente quantificáveis, visto que se recorre a quantificadores indefinidos para as expressar, como *muito*, *algum*, *vários* e *pouco*, no PE. Por sua vez, as quantidades definidas são facilmente quantificáveis, dado que se utilizam unidades de medida, de peso e de cardinalidade (Morgado & Lopes, 2019).

No que concerne ao ensino do PE, sublinhe-se que, não raro, nos materiais didáticos utilizados, as noções de número e de quantidade **não são distinguidas e especificadas ou são confundidas**. Com efeito, desde os anos iniciais de escolaridade, ambos os termos ocorrem quer na linguagem verbal, quer na linguagem matemática, em conteúdos e competências a promover nas disciplinas de Português e de Matemática respetivamente. Todavia, embora estas duas noções em destaque se encontrem relacionadas (Choupina, 2017), devem ser abordadas tendo em consideração a problemática que as envolve. Se, por um lado, o número corresponde a uma propriedade gramatical que possui implicações na concordância das palavras nos sintagmas e nas frases (Villalva, 2008); por outro, a quantidade trata-se de uma noção semântica (Duarte & Oliveira, 2003), que é transmitida por meio de processos morfossintáticos e lexicais, que devem ser abordados de forma articulada com o estudo dos mecanismos de referência das expressões quantitativas nominais (Morgado & Lopes, 2019).

Em conclusão, torna-se relevante o estabelecimento de uma relação entre os dois conceitos em análise na linguagem verbal e na linguagem matemática, por forma a melhorar as práticas pedagógicas e a promover o melhor e mais adequado entendimento dos conceitos e a sua aplicação por parte dos alunos.

4. O NOME E A CATEGORIA NÚMERO: DOS DOCUMENTOS REGULADORES DE ENSINO AOS MANUAIS ESCOLARES DE PORTUGUÊS DO 1.º CEB

4.1. METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

Tendo por base todo o enquadramento teórico precedentemente exposto, desenvolveu-se um estudo que se prendeu com o ensino da classe de palavras nome e da categoria nominal número no 1.º CEB. Em termos metodológico, optou-se pela análise de conteúdo e, como tal, a mesma desenrolou-se em três fases basilares, nomeadamente a pré-análise, a exploração dos instrumentos de recolha de dados, subsequentemente apresentados, e o tratamento dos resultados, por meio da inferência e da interpretação (Bardin, 2009).

Numa primeira instância, procedeu-se à análise do *Programa e Metas Curriculares de Português do Ensino Básico* (Buescu et al., 2015) e das *Aprendizagens Essenciais de Português* do 1.º ao 4.º ano (Ministério da Educação, 2018), com o intuito de averiguar de que forma a classe de palavras Nome, as suas subclasses e a categoria nominal número são apresentadas e desenvolvidas como proposta de abordagem ao longo do 1.º CEB.

A par disto, realizou-se uma análise de manuais escolares de Português do 1.º CEB, por forma a investigar o rigor científico na definição de nome e as subclasses semânticas dos exemplos presentes nos referidos manuais. Concretamente, analisaram-se seis manuais do 1.º ano e cinco manuais de cada um dos restantes anos de escolaridade, perfazendo um total de 21 manuais escolares de Português. A opção por estes manuais escolares prendeu-se com o facto de terem sido publicados posteriormente à publicação das *Aprendizagens Essenciais de Português* do 1.º ao 4.º ano (Ministério da Educação, 2018); bem como por fazerem parte da listagem de manuais escolares de Português passíveis de adoção no presente ano letivo (2019–2020) pelos diferentes Agrupamentos de Escola, tendo esta sido disponibilizada pela Direção-Geral da Educação, no site oficial (DGE, 2019).

Acrescente-se ainda que, ao nível da definição do nome, a análise incidiu nos critérios semântico (potencial de referência), morfossintático (número e género) e semântico-pragmático (grau); já em termos das subclasses semânticas do nome, realizou-se um levantamento das subclasses apresentadas explicitamente por terminologia e dos exemplos de nomes apresentados por subclasses.

4.2. O NOME E A CATEGORIA NÚMERO NOS DOCUMENTOS REGULADORES DE ENSINO DO PORTUGUÊS DO 1.º CEB

Conforme sublinhado anteriormente, foi feita a observação e a análise qualitativa e interpretativa dos atuais documentos reguladores de ensino do Português do 1.º CEB, com o intuito de averiguar de que modo a classe de palavras nome e a categoria número são apresentadas e desenvolvidas nos mesmos (cf. Tabela 1).

TABELA 1

A classe de palavras nome e a categoria nominal número no Programa, Metas Curriculares e Essenciais de Portugal do 1.º CEB.

		Ano de escolaridade			
		1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano
Documentos reguladores de ensino do Português	Programa	Morfologia e lexicologia (G1)	Ortografia e pontuação (LE2) Classe de palavras (G2)	Ortografia e pontuação (LE3) Morfologia e lexicologia; Classe de palavras (G3)	Morfologia e lexicologia; Classe de palavras (G4)
	Metas Curriculares	(G1) 21.2. Formar femininos e masculinos e o singular e o plural de nome e de adjetivos ... flexão regular/regra geral.	(LE2) 14.5. Escrever frases usando corretamente as marcas de gênero e número nos nomes/adjetivos/verbos. (G2) 24.1. Identificar nomes.	(LE3) 12.2. Escrever corretamente no plural as formas verbais, os nomes (-ão) e os nomes e adjetivos (cons.). (G3) 27.9. Formar/escrever corretamente o plural (...) dos nomes (-ão) e dos nomes e adjetivos (cons.). (G3) 27.1. Identificar nomes próprios e comuns.	(G4) 28.1. Formar o plural e o feminino de nomes/adjetivos (cons.). (G4) 29.1. Integrar as palavras nas classes: próprio, comum e comum coletivo.
	Aprendizagens Essenciais	(DG) Reconhecer o nome próprio. -Fazer concordar o adjetivo com o nome em gênero. (DG) Usar regras de flexão em número (descoberta de regularidades...nome/adjetivo).	(DG) Identificar a classe das palavras: nome. (DG) Reconhecer processos de formação do feminino e de flexão em número no nome / adjetivo. (DG) Reconhecer a flexão nominal e adjetival quanto ao número. (DG) Distinguir entre número e quantidade (interseção matemática).	(DG) Estabelecer correspondência grupo nominal e função sintática de sujeito.	(DL) Descobrir elementos/ formas de articular ideias no texto: reconhecer a concordância de gênero, número e de pessoa. (DG) Reconhecer processos de formação do feminino e de flexão em número e em grau no nome /adjetivo. (DG) Reconhecer a flexão nominal e adjetival quanto ao número e grau. (DG) Estabelecer correspondência grupo nominal e função sintática de sujeito.

Por meio da análise do *Programa e Metas Curriculares de Português do Ensino Básico* (Buescu et al., 2015) e de acordo com os dados apresentados na Tabela 1, em termos gerais, constata-se que o nome e a categoria número surgem no domínio Gramática, em todos os anos de escolaridade. A ocorrência da classe de palavras e da categoria número em outro domínio somente acontece nos 2.º e 3.º anos de escolaridade, designadamente no domínio Leitura e Escrita. Portanto, é notória uma proposta de trabalho ao nível gramatical, que se parece centrar unicamente na variação das palavras e não na relação sintática que têm entre elas, por via da concordância em número. Mas também se constata, pelo menos nos anos de escolaridade referidos – 2.º e 3.º anos –, uma proposta de abordagem ao nível da concordância e do alargamento frásico, apenas no domínio Leitura e Escrita, visível, por exemplo, pelos descritores 14.5. “Elaborar e escrever uma frase simples, respeitando as regras de correspondência fonema – grafema e utilizando corretamente as marcas do género e do número nos nomes, adjetivos e verbos” (p. 50) e 15.4. “Trabalhar um texto, amplificando-o através da coordenação de nomes, de adjetivos e de verbos” (p. 55).

No que concerne especificamente à classe de palavras nome, é recorrente a sua ocorrência a par da classe de palavras adjetivo, indo, porventura, ao encontro da tradição gramatical. Por outras palavras, pelo facto de os nomes e de os adjetivos partilharem a propriedade da flexão, a tradição gramatical recorria à seguinte terminologia: “nomes substantivos” e “nomes adjetivos” (Brito, 2003). No entanto, como é sabido, o nome e o adjetivo possuem estatuto e funcionamento distintos e, por isso, a sua abordagem didática não é aconselhável que ocorra em simultâneo. Em termos semânticos, como se referiu anteriormente, se, por um lado, o nome corresponde a uma classe de palavras que se caracteriza por deter um potencial de referência (Brito, 2003; Duarte & Oliveira, 2003); por outro lado, o adjetivo consiste numa classe de palavras que exprime qualidades, estados, modos de ser de entidades denotadas pelos nomes (Brito, 2003). A par disto, segundo Brito (2003), existem critérios que podem ser utilizados para distinguir as duas classes de palavras, como o surgimento de todos os adjetivos em posição atributiva, ainda que nem todos possam ocupar a posição predicativa; e a possibilidade de muitos adjetivos poderem ser acompanhados de expressões de grau, particularmente do advérbio *muito* (superlativo absoluto). A coocorrência destas duas classes de palavras no documento regulador de ensino deve ser interpretada pelos professores apenas como uma forma de apresentação do Currículo e não como uma estratégia didática para o ensino, sob pena de estarmos a perpetuar a indistinção entre nome e adjetivo e a confusão entre o seu funcionamento morfossintático e as respetivas propriedades definidoras.

Acresce referir que o ensino explícito do nome, expresso nas metas pelas competências “identificar” e “integrar”, se inicia no 2.º ano de escolaridade, com a identificação de nomes, e que a introdução das subclasses do nome ocorre no 3.º ano, com a identificação dos nomes próprios e comuns. Já o nome comum coletivo é proposto apenas no 4.º ano de escolaridade.

À semelhança do nome e do adjetivo, também a categoria número tende a surgir a par da categoria género e, por vezes, da categoria grau, sugerindo que as três categorias nominais se manifestam do mesmo modo. Por conseguinte, os descritores

de aprendizagem dedicados à categoria número apontam predominantemente para a formação do plural de nomes e de adjetivos, a par da formação de femininos e masculinos. Tais descritores parecem ignorar aspetos fundamentais ao nível da marcação do género e do número dos nomes; pois, enquanto o valor de género na grande parte dos nomes não pode variar e quando ocorre não é regular (ainda que no ensino pareça veicular-se uma regra geral), a marcação de número sucede através de um processo de flexão (Villalva, 2003, 2008).

Por seu turno, no que às *Aprendizagens Essenciais de Português* do 1.º ao 4.º ano (Ministério da Educação, 2018) diz respeito, sublinhe-se que, ao nível da abordagem do nome e da categoria número, assiste-se a uma progressão sistemática na abordagem e a algumas inovações. Tal afirmação compreende-se, por exemplo, pelo facto de se começar a assistir a um afastamento da categoria nominal número das restantes (género e grau); mas também por se propor o reconhecimento do nome próprio imediatamente no 1.º ano. Neste quadro, é ainda de realçar a seguinte ação estratégica de ensino proposta pelas *Aprendizagens Essenciais* em análise, no 2.º ano de escolaridade: “Distinguir entre número (propriedade formal da gramática do português) e quantidade (noção semântica relativa a contagem e cardinalidade), com interseção com a matemática” (p. 11). Efetivamente, começa a ser reconhecida a importância de os alunos distinguirem as duas noções: noção gramatical (número) e noção semântico-pragmática (quantidade). É essencial que se compreenda que, se o número é uma categoria gramatical nominal formal, em línguas que a possuem, com implicação na morfossintaxe da língua e que, geralmente, se relaciona com a expressão de quantidade, a quantidade é uma noção cognitivamente construída, que integra as estruturas cognitivas que permitem categorizar, seriar, ordenar e contar os referentes/situações do mundo, estando, por vezes, relacionada com a cardinalidade (Choupina, 2017; Villalva, 2008).

Torna-se, ainda, relevante destacar os verbos introdutórios presentes quer nas *Metas Curriculares*, quer nas *Aprendizagens Essenciais*, uma vez que se assiste a uma alteração do foco do conhecimento linguístico para as competências linguísticas. Melhor dizendo, nas *Aprendizagens Essenciais de Português* os verbos introdutórios dos descritores (como *Reconhecer*, *Estabelecer* e *Distinguir*) apontam, sobretudo, para o desenvolvimento de competências linguísticas e não tanto para os conhecimentos linguísticos, como ocorre nas *Metas Curriculares* (por exemplo, *Identificar* e *Formar*). Portanto, as *Aprendizagens Essenciais* centram-se na promoção da capacidade para aprender, indo ao encontro do preconizado no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (Oliveira Martins et al., 2017). Inclusivamente, no próprio documento são destacados descritores do *Perfil dos Alunos*, como Questionador, Conhecedor/Sabedor/Culto/Informado, Crítico/Analítico e Sistematizador/Organizador.

Por fim, há que referir que, no 2.º CEB, a abordagem do nome, no *Programa e Metas Curriculares*, centra-se na retoma desta classe de palavras e das subclasses, enquanto nas *Aprendizagens Essenciais* se propõe a sistematização dos processos de formação do feminino dos nomes e adjetivos; já no que concerne à categoria gramatical número, não é proposta nenhuma abordagem no *Programa e Metas Curriculares*, contrariamente ao que se verifica nas *Aprendizagens Essenciais*, que apontam para a sistematização da flexão nominal e adjetival quanto ao número.

4.3. O NOME E A CATEGORIA NÚMERO NOS MANUAIS ESCOLARES DE PORTUGUÊS DO 1.º CEB

A análise dos manuais escolares de Português do 1.º CEB incidiu no rigor científico na definição de nome e nas subclasses semânticas/exemplos presentes naqueles. Numa primeira instância, destacar-se-á a definição de nome veiculada pelos manuais escolares de Português em estudo. A este respeito há que realçar que não foram incluídos os manuais de 1.º ano neste ponto, dado que o ensino explícito do nome somente é proposto programaticamente para o 2.º ano de escolaridade (Buescu et al., 2015).

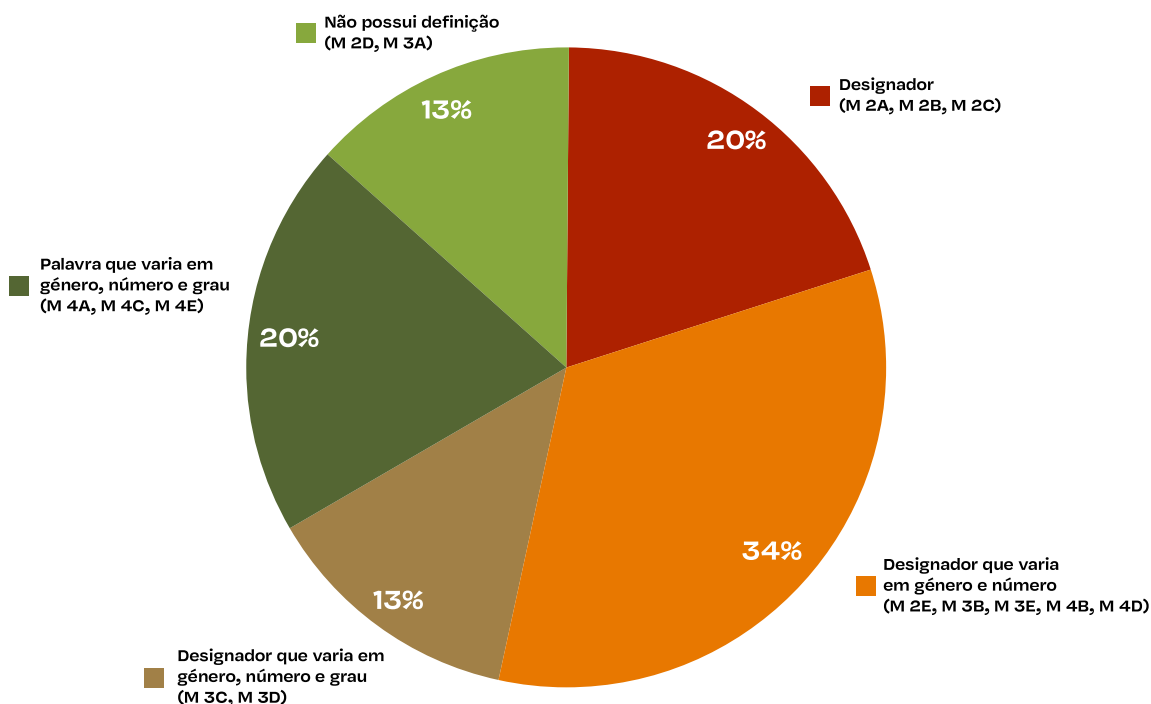


Figura 2: Gráfico com percentagens por tipo de definição da classe de palavras nome em notas e fichas informativas dos manuais escolares do 1.º CEB (do 2.º ao 4.º ano).

Tendo por base os dados que constam no gráfico da Fig. 2, pode concluir-se que a maioria dos manuais, designadamente 67%, define o nome como um designador de entidades, ou seja, reconhece o potencial de referência do nome, a principal característica semântica desta classe de palavras (Brito, 2003; Duarte & Oliveira, 2003). Note-se que destes 67%, 20% dos manuais escolares centra a sua definição apenas no critério semântico; 34% para além do critério semântico, foca também o critério morfossintático, indicando que o nome varia em gênero e número; e os restantes 13% dos manuais centram a definição quer no critério semântico, quer no critério morfossintático, e reconhecem também o critério semântico-pragmático. Portanto, somente 13% dos manuais escolares analisados apresenta uma definição completa da classe de palavras nome, abrangendo tanto o potencial de referência (Brito, 2003; Duarte & Oliveira, 2003), como as propriedades de gênero e número que possui e os morfemas presos de grau que admite (Lopes & Morgado, 2019).

Acrescente-se que 20% dos manuais escolares em análise não inclui na definição de nome o critério semântico, mas somente o critério morfossintático, definindo o nome como uma classe de palavras que varia em género, número e grau. Estes correspondem, na sua totalidade, a manuais escolares de Português do 4.º ano de escolaridade e, como tal, a exclusão do critério semântico pode, porventura, ser justificável pelo facto de se acreditar que o potencial de referência do nome já foi assimilado pelos alunos. Portanto, é nestes contextos que a reflexão e o conhecimento científico-pedagógicos do professor são fundamentais nos processos de ensino e de aprendizagem dos alunos (Leal, 2009; Ferreira, 2018). Caso o professor de Português não proceda a uma reflexão da definição apresentada com os alunos, o critério semântico será, eventualmente, desvalorizado/ignorado pelos mesmos. Sublinhe-se, por último, que 13% dos manuais escolares não apresentam qualquer definição de nome, sendo estes manuais dos 2.º e 3.º anos de escolaridade.

No que respeita às subclasses semânticas do nome, constatou-se que estas são apresentadas explicitamente por terminologia a partir do 3.º ano de escolaridade (cf. Gráfico da Fig. 3), o que se encontra em consonância com o preconizado no *Programa e Metas Curriculares de Português do Ensino Básico* (Buescu et al., 2015). Efetivamente, de acordo com o documento citado, o ensino explícito do nome inicia-se no 2.º ano, porém, neste ano de escolaridade, o nome é abordado ao nível da identificação [24.1. “Identificar nomes” (p. 52)] e somente no 3.º ano é que são introduzidas as subclasses do nome, conforme confirma o seguinte descritor de aprendizagem: 27.1. “Identificar nomes próprios e comuns” (p. 57). Repare-se, no entanto, que no 3.º ano são introduzidos apenas os nomes próprios e comuns e que cerca de 40% dos manuais de Português deste ano de escolaridade já apresentam nomes comuns coletivo recorrendo a terminologia específica. Logo, inicia-se com o nome próprio (designador de um referente único e fixo) e o nome comum (não designa um exemplar concreto, apenas denota) (Raposo & Miguel, 2013), e somente depois se aborda o nome comum coletivo, que, encontrando-se no singular, refere grupos de entidades do mesmo tipo, entendidas, em termos conceituais, como uma entidade coletiva única (Bechara, 2003; Cunha & Cintra, 1984; Raposo, 2013).

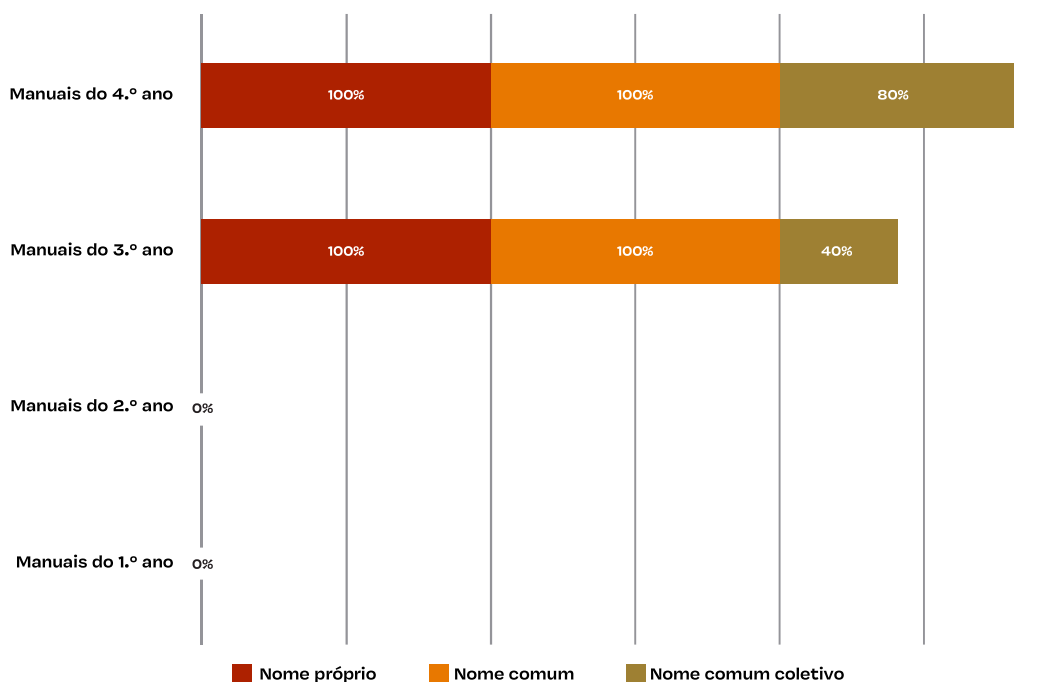


Figura 3: Gráfico com percentagem de ocorrências das subclasses do nome apresentadas explicitamente por terminologia, em notas/fichas informativas de manuais escolares do 1.º CEB (do 1.º ao 4.º ano).

Por seu turno, em relação aos exemplos de nomes que constam em notas ou em fichas informativas dos manuais escolares em análise, os dados recolhidos vão ao encontro do gráfico destacado precedentemente. Ou seja, nos manuais de 3.º e 4.º anos, a percentagem de exemplos de cada uma das subclasses do nome corresponde à percentagem com que as referidas subclasses são apresentadas explicitamente por terminologia nos manuais desses mesmos anos de escolaridade (cf. Gráfico da Figura 4). A única disparidade que se verifica é nos manuais escolares de 2.º ano, visto que, embora não se recorra à terminologia específica, já surgem exemplos de nomes próprios e comuns. Desta maneira, são criadas condições para a promoção do desenvolvimento de competências a este nível, pois as subclasses são abordadas, embora não se recorra, ainda, à terminologia.

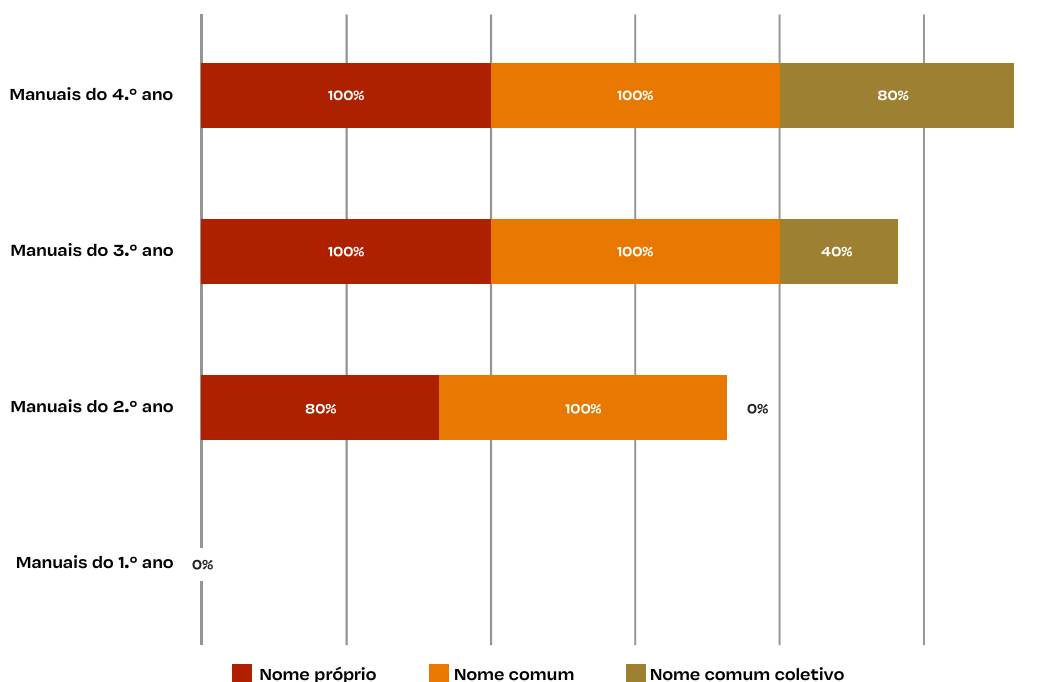


Figura 4: Gráfico com percentagem de ocorrências das subclasses dos nomes apresentados como exemplo em notas/fichas informativas de manuais escolares do 1.º CEB (do 1.º ao 4.º ano).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a literatura existente e consultada no âmbito deste estudo, importa sublinhar a relevância de se continuar a valorizar o papel da Linguística Descritiva e Aplicada na formação quer inicial, quer contínua do professor de Língua Materna do 1.º CEB; assim como a importância de este professor possuir um sólido conhecimento sobre a estrutura e o funcionamento da Língua Portuguesa, que lhe permitirá realizar uma reflexão crítica das propostas veiculadas pelos materiais didáticos e, se necessário, proceder à transformação das mesmas, de um modo adequado.

Ademais, a caracterização linguística da classe de palavras nome e das suas subclasses, a par da clarificação da categoria nominal número e da sua relação com a noção de quantidade, mostraram-se preponderantes para uma melhor e mais sustentada

reflexão acerca do modo como estes conteúdos gramaticais são propostos nos documentos reguladores de ensino do Português no 1.º CEB e para a problematização da abordagem dos mesmos em manuais escolares. No que concerne aos documentos normativos, é notória uma forte tendência para a sugestão de abordagem das três categorias nominais em simultâneo, bem como das duas classes de palavras nome e adjetivo. Porém, nas *Aprendizagens Essenciais de Português* do 1.º ao 4.º ano (Ministério da Educação, 2018), começa-se a assistir a um crescente reconhecimento das propriedades tanto do nome, como da categoria nominal número. Já em relação aos manuais escolares de Português do 1.º CEB, continua a ser essencial um olhar crítico, por parte do docente desta área do saber, no que diz respeito às definições veiculadas para os conteúdos gramaticais em destaque.

Em sùmula, a proficiência e a reflexão (meta)linguísticas são fundamentais na seleção/construção criteriosa de recursos pedagógicos e no desenho de estratégias didáticas, ao nível da classe de palavras nome e da categoria nominal número.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bechara, E. (2003). *Moderna Gramática Portuguesa* (37.ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Lucerna.
- Brito, A. M., (2003). Categorias sintáticas. In M. H. Mateus et al. (Orgs.), *Gramática da Língua Portuguesa* (323-432). Lisboa: Editorial Caminho.
- Brito, A. M. & Lopes, H. C. (2001). Da Linguística ao Ensino da Gramática: para uma reflexão sobre a coordenação e a subordinação. In F. I. Fonseca, I. M. Duarte, & O. Figueiredo (Eds.), *A Linguística na Formação do Professor de Português: Actas do Colóquio* (49 -63). Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- Buescu, H. et al. (2015). *Programa e Metas Curriculares de Português do Ensino Básico*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.
- Corbett, G. (2004). *Number*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Choupina, C. (2017). Aspectos estruturantes da morfossintaxe da LGP: expressão da quantidade e das categorias de sexo dos referentes animados. *Revista Leitura*, 1 (58), 4-25.
- Choupina, C., & Costa, J. A. (2011). Classes de palavras: autonomia linguística e ensino. Contributos para a caracterização linguística e a abordagem pedagógica do Nome. In M. Teixeira, I. Silva, & L. Santos (Orgs.), *Novos Desafios no Ensino do Português* (203-212). Santarém: Escola Superior de Educação de Santarém.

- Choupina, C., Baptista, A., & Costa, A. (2014). A gramática intuitiva, o conhecimento linguístico e o ensino-aprendizagem do gênero em PE. In *Anais do IV SIEL - Simpósio Internacional de Ensino da Língua Portuguesa*, Uberlândia, 8-10 Out., 2014.
- Cunha, C. & Cintra, L. L. (1984). *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (16.ª ed.). Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- DGE (2019). *Listagem de manuais escolares adotados: Ano letivo 2019/2020*. Acedido a 20 de outubro de 2019 e disponível em: <https://www.dge.mec.pt/lista-de-manuais-escolares-adotados>.
- Dryer, M. S. (2013). Coding of nominal plurality. In M. S. Dryer & M. Haspelmath (Orgs.), *The world atlas of language structures online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology.
- Duarte, I. (2001). A formação em Língua Portuguesa na dupla perspetiva do formando como utilizador e como futuro docente da língua materna. In I. Sim-Sim (Org.), *A Formação para o Ensino da Língua Portuguesa na Educação Pré-Escolar e no 1.º Ciclo do Ensino Básico* (pp. 27-34). Porto: Porto Editora.
- Duarte, I., & Oliveira, F. (2003). Referência nominal. In M. H. Mateus et al. (Orgs.), *Gramática da Língua Portuguesa* (pp. 205-272). Lisboa: Editorial Caminho.
- Ferreira, P. (2018). *Formação inicial, conhecimento profissional e práticas em ensino e aprendizagem da gramática*. Tese de Doutoramento. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Leal, S. (2009). Ser professor... de Português: Especificidades da formação de professores de língua materna. In *Actas do X Congresso Internacional Galego Português de Psicopedagogia* (pp. 1302 – 1315). Braga: Universidade do Minho.
- Lopes, A. S., & Morgado, C. (2019). Diálogos entre conhecimentos científico-pedagógicos na formação do professor de Português: o caso particular do 1.º CEB. In P. Duarte, A. I. Moreira, F. Diogo, D. Fernandes, D. Ribeiro, J. A. Costa, & M. B. Canha (Orgs.), *Livro de Atas: 1.º Ciclo do Ensino Básico: Que identidade(s)? Currículo, Práticas e Formação Docente* (pp. 189-200). Porto: Escola Superior de Educação.
- Lyons, J. (1980). *Semântica*. Barcelona: Teide
- Ministério da Educação (2018). *Aprendizagens Essenciais de Português*. Lisboa: Direção Geral da Educação.
- Morgado, C., & Lopes, A. S. (2019). Conhecimentos científicos sobre as categorias nominais e ensino da Língua Portuguesa. In F. T. Grazioli (Org.), *A Senda nos Estudos da Língua Portuguesa*, Vol. 1 (pp. 79-90). Ponta Grossa: Atena Editora.

- Martins, C. (2015). Número e gênero nominais no desenvolvimento das interlínguas de aprendentes do português europeu como língua estrangeira. *Revista Científica da UEM: Série Letras e Ciências Sociais*, 1 (1), 26-51.
- Oliveira Martins, G. et al. (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Raposo, E. (2013). Nomes Comuns. In E. Raposo et al. (Orgs.), *Gramática do Português*, Vol. 1 (pp. 949-992). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Raposo, E., & Miguel, M. (2013). Introdução ao Sintagma Nominal. In E. Raposo et al. (Orgs.), *Gramática do Português*, Vol. 1 (pp. 703-734). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Veloso, R., & Raposo, E. (2013). Adjetivo e Sintagma Adjetival. In E. Raposo et al. (Orgs.), *Gramática do Português*, Vol. 2 (pp. 1359-1568). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Villalva, A. (2008). *Morfologia do Português*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Villalva, A. (2003). Estrutura morfológica básica. In M. H. Mateus et al. (Orgs.), *Gramática da Língua Portuguesa* (pp. 917- 933). Lisboa: Caminho.
- Villalva, A. (2000). *Estruturas Morfológicas: unidades e hierarquias nas palavras do português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e a Tecnologia.